

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu um conjunto de informações preocupantes sobre a situação na área da engenharia operacional, vulgo manutenção, do Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria da NAV Portugal, onde o impulso neoliberal para a crescente externalização de serviços e funções parece ter aterrado.

Durante anos, assistiu-se ao estrangulamento na abertura de concursos para a carreira de Técnico Telecomunicações Aeronáuticas (TTA), para a qual não há admissão de trabalhadores há 7 anos, ao mesmo tempo que aumentava o recurso ao trabalho extraordinário, que em vários casos nos vários órgãos da FIR de Santa Maria chega a atingir as 400 horas por pessoa, o que ultrapassa mesmo os limites legais.

Paulatinamente foram diminuindo as capacidades de recursos humanos de TTA o que trilhou o caminho para o recurso à subcontratação, que claramente se pretende transformar cada vez mais na regra e não na exceção, como se pode inferir da «argumentação» constante de um dos últimos procedimentos que propõe a subcontratação porque: «A média de custo anual de um TTA na operação» é o dobro do «custo anual estimado de um recurso equivalente por contratação externa».

O que esta prática pretende é reduzir os custos com os salários – através de uma maior precarização dos vínculos laborais - mesmo que à custa da resposta operacional da Empresa e principalmente da segurança operacional, nesta que é uma Empresa e uma área estratégica para o país.

O Governo conhece esta situação, para a qual foi sucessivamente alertado por Sindicatos e trabalhadores. Mas é preciso que haja respostas concretas, que travem este processo de externalização e reconstruam a capacidade da engenharia técnica operacional da NAV nos Açores, sejam em número de recursos TTA sejam por dotá-los e capacitá-los com as necessárias formações especializadas para o desempenho das suas funções, assim como formações contínuas para fazer face às evoluções tecnológicas.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos o seguinte:

1. Que medidas vão ser adotadas para dotar a NAV com os recursos humanos necessários para fazer face ao aumento da complexidade dos sistemas de apoio aos serviços de navegação aérea, bem como para suprir a passagem para situações de aposentação e reforma, e para garantir os mecanismos de formação dos TTA – Técnicos de Telecomunicações Aeronáuticas?
2. Que medidas vão ser adotadas para retroceder neste tipo de prestação de serviços nesta área fulcral da engenharia operacional da NAV, assim como medidas para restabelecer a capacidade da NAV, internamente e com recurso aos seus profissionais altamente qualificados, poder fazer face às necessidades de trabalho sem recurso a enormes volumes de trabalho extraordinário como tem vindo a suceder?

Palácio de São Bento, 10 de março de 2022

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

ALMA RIVERA(PCP)